



Um podcast original da Rádio Novelo

Episódio 41

Caixa de ferramentas

Branca Vianna: Tá começando o Rádio Novelo Apresenta. Eu sou a Branca Vianna.

Não sei se você já ouviu falar disso, mas uma das marcas que diferenciam os primeiros hominídeos dos primatas que vieram antes é o uso de ferramentas.

O negócio começa a ficar complicado quando a gente olha pro lado e vê outros bichos usando – e fazendo! – ferramentas bastante complexas, de chimpanzés a corvos. Mas, não, esse não é mais um episódio sobre bichos pensantes, tá?

Deixando de lado a questão de se fazer ferramenta é uma parte da nossa essência humana ou não... uma coisa que não dá pra negar é que as nossas ferramentas dizem muita coisa sobre a gente. Por isso que elas são tão úteis pros antropólogos, e pros arqueólogos, e pros filósofos também.

Quando um homem das cavernas deixava uma marca num pedaço de pedra, quando ele esculpia uma pedra pra usar ela pra alguma coisa, tipo uma faca, uma marreta, ele tava deixando uma impressão digital de quem ele era e o que ele queria. Do que era importante pra ele.

Invertendo esse jogo, a gente pode pensar o que é que as gerações futuras vão conseguir interpretar das ferramentas que a gente usa hoje em dia. Das ferramentas que dão forma pra nossa vida.

A primeira ferramenta na nossa caixa de ferramentas de hoje é uma ferramenta novinha em folha. E – até por isso – a gente ainda tá entendendo se a gente tá usando ela, ou se é ela que tá usando a gente.

Quem trouxe essa ferramenta pra gente examinar foi a Juliana Faddul e o Rodrigo Pedroso.

ATO1

Juliana Faddul: Se alguém te pedisse pra desenhar um ponto no meio do estado do Amazonas, bem no meio, você provavelmente ia desenhar esse pontinho ou em cima ou muito perto de uma cidade chamada Tefé.

Pra você se localizar, Manaus – a capital do Amazonas – fica mais pra direita no mapa. Mais perto do Pará. Tefé tá uns 500 quilômetros pra esquerda.

Chegar lá não é fácil. Ainda mais pra mim, que moro em São Paulo. Eu fiz esse caminho algumas vezes já. Como eu faço reportagens com populações em áreas de risco, vira e mexe eu tô enfiada em algum ponto remoto da Amazônia.

E Tefé – essa cidade no meio do Amazonas – é um desses lugares isoladíssimos. Sempre que eu vou pra lugares assim, eu gosto de olhar pro céu. Pra ver estrela, né?

Como eu moro em São Paulo, quando eu olho pro céu e vejo um ponto brilhante, primeiro eu acho que é um helicóptero. Depois, que é um avião. Ou talvez um drone. Estrela tá lá no fim da lista.

Nesses lugares remotos, onde não tem tanta poluição do ar, nem a luz da cidade atrapalhando, dá pra ver muita estrela. Mas na minha última ida pra Tefé, eu descobri que dava pra ver outra coisa olhando pro céu de noite. Estrelas andando.

Jefferson da Silva Vicente: Você pode olhar no olho se eu puder, para um canto mais escuro, pode olhar que tu vai ver satélite passando. Ficam passando direto. Vários, vários...

Juliana Faddul: Esse é o Jefferson.

Jefferson da Silva Vicente: Meu nome é Jefferson da Silva Vicente. Sou servidor público formado na área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e pós-graduado em Ciência Big Data.

Juliana Faddul: Se você quiser procurar o Jefferson em Tefé, é só perguntar pelo "rapaz da internet".

Jefferson da Silva Vicente: Sempre trabalhei com internet, desde... quer que eu conte minha história?

Juliana Faddul: A história dele tem a ver com aqueles satélites riscando o céu. Mas a gente chega lá... vamos começar do começo.

A história de origem do Jefferson como "rapaz da internet" começou quando ele tinha 16 anos. Jefferson tem a minha idade. 33 anos.

No mundo onde a gente nasceu, a internet não era onipresente. Não era uma coisa em que você estava ligado o tempo todo. Você "entrava" na internet. E tinha hora pra entrar.

Pra você ter uma ideia, em 2006 – quando eu e o Jefferson tínhamos 16 anos – mais da metade dos brasileiros nunca tinha acessado a internet. Mas nessa época o Jefferson decidiu que ele precisava da internet pra sobreviver. E não era por um motivo bobo – tipo ser viciado em algum jogo online. Era pra sobrevivência mesmo.

O Jefferson era o mais velho de 6 irmãos. Quando ele tinha 10 anos, o pai dele sumiu no mundo e deixou a família pra trás. Então, todo trabalho que aparecia, o Jefferson e os irmãos aceitavam.

Jefferson da Silva Vicente: E aí, aos 16 anos, eu fui pro sítio e aí minha tia falou: "Meu filho, essas férias você só vai carregar a madeira da

casa do teu primo". Aí eu fui carregar. Aí teve um dia que choveu e continuei carregando. Dormi. Quando eu acordei, no outro dia, não levantei mais. Minhas costas travaram de uma forma que eu vim de maca. E eu de maca falei pra minha tia: "Tia, trabalho pesado não é pra mim, eu nunca mais volto aqui no sítio para trabalhar". E aí, quando eu cheguei aqui, me recuperei no hospital, e eu fiquei pensando. Eu sempre fui muito de origem muito pobre, eu falei: "Cara, como é que eu vou mudar minha vida, meu irmão?"

Juliana Faddul: Ali na cama do hospital, ele tentou pensar no serviço menos pesado que ele conhecia. Alguma coisa que desse pra trabalhar sentado – e que desse dinheiro, né?

Informática. Só que não era fácil trabalhar com informática também... Pra começar, não era barato.

Jefferson da Silva Vicente: E computador naquele tempo, porra, era metade de um carro, sei lá.

Juliana Faddul: Mas, por sorte, em Tefé tinha uma escola de informática.

Jefferson da Silva Vicente: E aí, nessa escola tinha seis computadores...

Juliana Faddul: O Jefferson passava na frente da escola todo dia e ficava olhando...

Jefferson da Silva Vicente: Aí até que uma vez me tirou coragem, eu parei em frente a escola e pedi e falei com o dono lá, falei: "Cara, tem alguma forma de trabalhar? Eu não quero receber não, eu quero... Nem que seja pra aprender". Ele falou: "Cara, não tenho dinheiro pra pagar não, mas se quiser aprender, as aulas são tal horário, tu fica ajudando o professor. Tu topa?" Eu digo: "Topo".

Juliana Faddul: Ele nunca tinha mexido num computador.

Jefferson da Silva Vicente: Mas eu aprendi.

Juliana Faddul: Seis meses depois, o professor pediu demissão. E quem assumiu o lugar dele foi o Jefferson. Não muito tempo depois, um amigo dele

chamou ele pra trabalhar num provedor de internet. De novo, ele não tinha ideia de por onde começar.

Jefferson da Silva Vicente: Se me ensinarem, eu aprendo. Aí aí foram surgindo oportunidades, o pessoal viu que— a gente viu que eu era esforçado...

Juliana Faddul: E aí, nesse esquema de "se me ensinar, eu aprendo", o Jefferson conseguiu uma coisa bem difícil: acompanhar o ritmo do avanço da tecnologia. Fazer isso é difícil em qualquer lugar – mas principalmente onde o Jefferson mora. Desde que eu comecei a frequentar a região, a sensação que eu tenho é a de voltar uns dez, quinze anos, em termos de tecnologia.

Por um tempo, a internet era um artigo de luxo. A média de velocidade de internet em Tefé é pouco mais de 4 megabits por segundo. 4,88, pra ser exata. Mal dá pra abrir a página do Google com isso.

Antes de sair pra rua, por exemplo, eu sempre precisei me organizar pra saber exatamente onde eu queria ir, e baixar o mapa da cidade. Nem passava pela minha cabeça pedir um Uber. O esquema era combinar com um mototáxi antes. Mudar de plano e cancelar a corrida apertando um botão? Nem pensar.

Outra coisa que eu me acostumei: sempre andar com dinheiro em papel no bolso, porque maquininha de cartão precisa de internet pra funcionar. Pix, então, esquece.

Jefferson da Silva Vicente: É igual ao que a gente tinha no cenário da internet discada antigamente. Bem similar. Por que o que acontece? Apesar de um mega ser muita conexão se comparado à discada, os tamanhos dos arquivos aumentaram. Antigamente, uma foto era 16K, hoje em dia uma foto é cinco mega. E aí, pra tu transmitir – tu quer mandar a foto em alta resolução de um iPhone daqui de Tefé pra fora, se tem um mega, custa um pouco pra enviar. Não é a mesma realidade de um grande centro, entendeu?

Juliana Faddul: Agora: imagina ser o "rapaz na internet" num lugar desses.

O Jefferson cansou de ver projeto prometendo trazer internet melhor pra região. Mas nenhum ia pra frente.

Um dos planos era trazer a internet fibra de Manaus até Tabatinga – que fica na tríplice fronteira com o Peru e a Colômbia – passando o cabo pelo leito do Rio Solimões. Mais de mil quilômetros de cabos.

Jefferson da Silva Vicente: Porém, o projeto nunca, nunca andou, já mudou de nome e agora já tem um consórcio privado querendo trazer essa mesma fibra pelo leito do rio, mas até então nada funcionou na região...

Juliana Faddul: Até pouco tempo atrás, tinha só dois caminhos pro sinal de internet chegar em Tefé. O caminho número 1 funcionava tipo uma corrida de revezamento. A corrida de revezamento mais longa da história.

Jefferson da Silva Vicente: Tipo torre de celular, só que são várias. Aí eles trazem de Manaus até Tefé, via rádio. São em torno de 14 torres, cada uma com dois rádios, um ligando ao outro, e vai tipo, replicando o sinal. Replicando, de torre em torre, até chegar a Tefé.

Juliana Faddul: Se qualquer uma dessas torres deixa o bastão do sinal cair, uma parte da internet de Tefé sai do ar.

Jefferson da Silva Vicente: Só existe essa forma via telefone e via satélite, que é muito caro. As empresas sabiam da dificuldade da região... não baratear tanto – até que também, eu entendo o lado deles, porque eles tinham pouca banda de internet via satélite. Parece mentira, mas você pode pesquisar. Antigamente, era em torno de R\$7 mil um mega. É, é isso mesmo. Cheguei a trabalhar num provedor chamado Eganet em 2008, eles pagavam por quatro megas R\$64 mil.

Juliana Faddul: Tá entendendo porque eu te falei que Tefé era um deserto de internet? Era um deserto. A coisa mudou completamente de figura de uns tempos pra cá. Eu tô falando de pouco tempo, viu? De 2022 pra cá.

Agora, quando eu chego lá em Tefé, e ligo o Wi-Fi no meu celular ou no meu computador, aparece um monte de rede pra eu me conectar. Tudo isso por causa daquele monte de estrelinhas andando pelo céu de Tefé.

Jefferson da Silva Vicente: E assim ela tá tirando a gente da escuridão, né? Os comércios locais não trabalhavam com cartão, era difícil vim pra Tefé, se tu viesse só com o cartão pra passar os dias ou viver, tu não ia viver, não. Tu não ia conseguir comer. Agora, com a Starlink, a maioria dos cantos tu já vê com máquina de cartão de crédito. Tudo graças à Starlink. Não tem o que— não tem como negar, ela está funcionando desde setembro do ano passado, bem estável.

Juliana Faddul: Tudo graças à Starlink.

Esse é o nome da empresa por trás dessa revolução tecnológica, que tá dominando o céu do planeta de pouco em pouco, espalhando sinal de internet pros lugares mais remotos.

Jefferson da Silva Vicente: O sistema da Starlink, ele é totalmente disruptivo, né?

Juliana Faddul: Eu não vou nem tentar explicar por quê. Melhor deixar o rapaz da internet falar.

Jefferson da Silva Vicente: Antigamente, quando se lançava um satélite geoestacionário, que é o que fica bem distante da Terra, ele é lançado com a capacidade fixa, ou seja, se uma empresa lança um satélite com dez giga, ele vai ter dez giga eternamente e só vai ser possível melhorar isso se troca ele. Tira, ele coloca outro com 20 giga. Hipoteticamente. O sistema Starlink, não. São satélites que funcionam em baixa órbita, mas cada satélite que entra na rede, que ele é uma rede, ele não é único, né? Ele vai aumentando a capacidade.

Juliana Faddul: Vai aumentando porque toda hora tem satélite novo entrando nessa rede. "Toda hora" não é figura de linguagem.

Jefferson da Silva Vicente: A rede da Starlink tem previsão inicial de ter 12 mil satélites na rede conectada, até o próximo estágio que é pra 40 mil satélites. É muito...

Juliana Faddul: Muito satélite.

Jefferson da Silva Vicente: Muitos satélites, muito, muito.

Juliana Faddul: É muito satélite.

A Starlink ainda não bateu essa meta de 12 mil satélites em órbita. Eles têm uns 4.500 por enquanto. Mas isso é mais da metade de todos os satélites que giram em torno do planeta atualmente.

É muita coisa. Uma constelação de satélites. Todos controlados por uma única empresa.

E, bom, se você já ligou essa obra ao artista... Sim. A Starlink é a empresa do Elon Musk. O mesmo cara por trás da SpaceX, Tesla e do finado Twitter, que agora chama X.

E a gente sabe que, antes de ser essa figura controversa, cheio de fã e de hater, o Elon Musk era o quê? Um filhinho de papai.

Um papai muito rico chamado Errol Musk, que fez fortuna atuando na área da construção civil em Pretória, a capital da África do Sul.

E, além de filhinho de papai, ele era um aficionado pelo espaço. Pela colonização de outros planetas. Essa é uma pira dele.

Se ele não tivesse grana, ia ser só uma pira. Mas como ele já era milionário, a pira virou um negócio "disruptivo".

Em 2002, o Elon Musk fundou a SpaceX, uma empresa de exploração espacial privada. Durante um bom tempo, essa empresa foi caminhando meio aos tropeços. Sem muito destaque nesse nicho de mercado. Até 2016, quando eles conseguiram fazer uma coisa inédita.

Eles mandaram um foguete pro espaço. E depois trouxeram de volta.

Sabe aquela frase brega de coach de que "foguete não tem ré"? Então, o da SpaceX tem. Ele viaja até a órbita baixa do planeta e volta.

Vai. E volta. Vai. E volta.

Até ver os satélites riscando o céu de Tefé, eu achava que a SpaceX era só mais um hobby caro de bilionário. Mas não é só isso.

Essa capacidade de ir e voltar dos foguetes do Elon Musk não é útil só pra carregar gente rica pra fazer turismo no espaço e trazer de volta pra terra firme em segurança.

Ela é útil também pra levar satélite até a órbita da Terra e trazer. O foguete vai, deixa um monte de satélite orbitando, e volta. Vai, deixa outro monte de satélite orbitando, e volta.

Foi assim que o Elon Musk conseguiu formar uma constelação de satélites tão grande em tão pouco tempo. Com a Starlink, aquele problema de oferta e demanda, que fazia a internet por satélite ser caríssima, sumiu.

Jefferson da Silva Vicente: É, é uma rede bem incrível mesmo. O satélite geoestacionário, desenhado é mais fácil de explicar, ó...

Juliana Faddul: O Jefferson precisou desenhar literalmente pra eu entender por que o funcionamento da Starlink era tão incrível.

Jefferson da Silva Vicente: É tipo uma lanterna. Quanto mais distante, maior o foco.

Juliana Faddul: Pensa que você tá segurando uma lanterna e iluminando uma parede. Se você se afastar da parede, você vai iluminar um pedaço maior dela, mas a intensidade da luz vai diminuir, certo?

É assim que funciona um satélite geoestacionário – que é o tipo de satélite mais comum pra transmissão de sinal de internet.

Ele fica distante da Terra e, assim, consegue cobrir uma área maior. E ele gira junto com a Terra, então é como se ele tivesse sempre estacionado em cima da mesma região. Daí o nome geoestacionário.

Jefferson da Silva Vicente: O Starlink é uma rede de satélite em baixa órbita. Tu entende que a cobertura dele é bem pequenininha, ó?

Juliana Faddul: Porque eles ficam pertinho da Terra. É como se você botasse aquela lanterna que estava na sua mão bem perto da parede. A área iluminada diminui, certo? Mas a intensidade da luz aumenta.

Pra conseguir iluminar a parede toda com essa intensidade, você ia precisar de mais lanternas. Por isso, pra funcionar direito, essa rede de baixa órbita precisa de muitos satélites. Mas o custo de colocar esse monte de satélite é alto.

O Elon Musk conseguiu superar esse obstáculo com a tecnologia de foguetes da SpaceX, que reduziu muito o gasto com essas idas e vindas da órbita – já que o foguete pode ser reutilizado.

Jefferson da Silva Vicente: É assim que funciona a rede deles. Eles tem uns concorrentes, só que ainda não tem satélite no espaço, que é a Kuiper, que também pretende atender região isolada igual Tefé, né, que é da Amazon, e a One web, que já está em operação, mas vai atender grandes operadoras de telefonia, governo, não vai atender o cliente final que nem a Starlink. A Starlink atende residência, né, tu instala na tua casa...

Juliana Faddul: A Starlink atende o consumidor final. Então a figura da operadora de internet, que a gente tá acostumado, desaparece. Pra acessar a rede da Starlink, você só precisa entrar no site e comprar o aparelho pra receber o sinal.

Você coloca o endereço onde quer usar a Starlink, faz o pedido, e, quando chegar, é só seguir as instruções pra configurar a conexão. Sozinho mesmo, sem precisar de um técnico pra instalar.

Jefferson da Silva Vicente: É um sistema anti-burro. É só tu ligar ela de cara pro céu que ela vai sintonizar. Qualquer canto. Só que é assim, tem que estar de cara pro céu, né?

Juliana Faddul: Por causa do jeito como ela capta o sinal, a Starlink só funciona bem se ela tiver virada pro céu, sem nenhuma barreira física. Se você ligar ela do lado de um prédio, por exemplo, o sinal já diminui, porque ela precisa "ver" muito bem aquelas estrelas atravessando o céu.

No site da Starlink, dá pra comprar dois tipos de antena. Uma que fica parada, que é residencial, e outra móvel.

Jefferson da Silva Vicente: A antena residencial, ela tem uma prioridade melhor do que essa que fica se movendo. Mas tu vai ter link em torno de 30 a 60 mega, tranquilo, qualquer canto, meio do mato, no meio do rio. Inclusive as embarcações, se depois tu for ali, na beira do rio, pode olhar pra cima de toda embarcação, tem uma Starlink.

Juliana Faddul: Eu olhei. E tinha mesmo. A antena fica em cima de um tripé. Parece um tablet com a tela toda branca, virado na direção do céu. É graças a esse tabletzinho que agora, quando eu pego um barco pra me locomover em Tefé, eu posso pagar 20 reais por duas horas de Wi-Fi com sinal bom.

Naquele deserto de internet que era Tefé, o sinal de satélite da Starlink é tipo uma piscina de água cristalina.

Continua sendo caro usar essa "água", mas ainda assim... é muito mais barato do que qualquer água rala que tivesse aparecido por ali antes. Em 2023, já não tem mais ninguém cobrando 7 mil reais pelo mega em Tefé, mas o preço ainda continua alto.

Os provedores de internet que operam lá chegam a cobrar 400 reais por mega, enquanto em São Paulo, dá para descolar planos de cem reais com mais de 300 megas.

Jefferson da Silva Vicente: É, a Starlink mudou o jogo mesmo. Assim, o equipamento dela é caro. Quando está em promoção, tipo agora ela

está em promoção, é R\$1.800 o equipamento. Tá nessa faixa, mas ela sempre acima de 50. Coisa que a gente nunca viu, né?

Juliana Faddul: Eu não faço o tipo "fã de bilionário", mas é meio inegável a diferença que a Starlink tá fazendo ali. Pra todo canto que você olha, tem uma antena da Starlink.

Jefferson da Silva Vicente: Ó, eu consultei pelo site da Anatel, tinham 1200 antenas até ontem.

Juliana Faddul: 1200 só em Tefé?

Jefferson da Silva Vicente: Só em Tefé.

Juliana Faddul: No Brasil inteiro, tem umas 67 mil antenas da Starlink, então essas 1200 antenas em Tefé são menos de 2% do total. Agora, se você comparar com a população de Tefé, é antena pra caramba.

E a Starlink não é uma febre em Tefé só porque os pouco mais de 73 mil brasileiros que tão lá querem muito ver vídeos em alta resolução. Ou, sei lá, passar o dia mandando figurinha de bom dia, boa tarde e boa noite em grupo de WhatsApp.

Jefferson da Silva Vicente: Ah, e também vale ressaltar, não sei se vai até prejudicar nossas antenas por causa disso, o pessoal utiliza... todo garimpo, sempre teve internet, sempre teve. Pra se comunicar, pra informar se tá vindo fiscalização, a gente sabe na região, né, e a Starlink, o garimpeiro compra que nem água ela.

Juliana Faddul: Todo garimpo tem Starlink.

Jefferson da Silva Vicente: Engraçado, né? Agora que eu pensei, a Starlink, ela ajudou muito... porque eu não pensava por esse lado, mas ela também prejudicou muito, né? Eu não tinha pensado por esse lado não, eu estava pensando só no meu lado, no meu jogo mesmo, e dos benefícios pra população, mesmo.

Juliana Faddul: Nenhuma tecnologia, por si só, é ruim, né? O problema é sempre o jeito como ela é usada.

Nessa última vez que eu fui pra Tefé, eu reparei que a cidade estava cheia de garimpeiro. Cheia mesmo, a ponto de eu não conseguir lugar em nenhum hotel e precisar ficar de favor na casa de um morador conhecido.

O clima da cidade era de festa. Um fechava o bar e pagava rodada de cerveja para geral, outro dobrava a aposta e pagava drinks. O que mais tinha era garimpeiro querendo se gabar.

À noite, num bar, eu troquei uma ideia com um garimpeiro, que me pediu pra não gravar. Ele me contou que a Starlink mudou demais a vida dele, porque agora ele pode manter contato com os quatro filhos e a mulher "oficial" quando ele tá no garimpo.

E ele usou essa expressão, "mulher oficial", porque ele também tem outra família, numa aldeia indígena na beira do rio Japurá. Uma família não sabe da outra, o que dificulta ainda mais as coisas.

Esse garimpeiro me contou que antigamente ele pagava em torno de 5 gramas de ouro – o equivalente a 1.400 reais por uma hora de internet. E que agora, com a Starlink, fora o custo da antena, ele tá pagando só uns 300 reais por mês.

Ou seja: as duas mulheres do garimpeiro bígamo aumentaram a fiscalização em cima do marido, e o aparelho dele não para de apitar. Quer dizer: não são só elas as culpadas desse tanto de notificação... Ele usa não um, mas três aplicativos de conversa: além do Zap, ele também tem Signal e Telegram – que são conhecidos por coletarem menos dados dos usuários que o WhatsApp.

Ele ficava respondendo mensagem ali na hora, e deu pra ver dois dos grupos mais movimentados no celular dele – pelos nomes, você já vai entender tudo. Um deles chama "Vigilância I", e o outro chama "Atenção".

Pois é. O objetivo dos grupos é disparar um alerta cada vez que alguém fica sabendo que vai ter uma operação de algum órgão de fiscalização, tipo o Ibama.

É que nem eu falei. A Starlink é mais uma ferramenta, que pode ser usada pra muitos fins. E quem mora em Tefé tem o mesmo direito de acessar a internet que qualquer outro brasileiro.

O acesso à internet pode até não tá previsto na Constituição, mas, se ela garante uma vida digna "com todos os seus pressupostos", hoje, em 2023, isso necessariamente inclui a internet. Sem internet, o cidadão não consegue – ou tem dificuldade - de exercer vários direitos mais básicos, como ter acesso à informação. Inclusive informação do próprio governo.

Olhando por esse lado, que bom que a Starlink chegou em Tefé. Mas claro que não foi por "ímpeto cidadão" que o Elon Musk e a empresa dele decidiram operar no Brasil. A história é bem mais complicada do que isso.

Bom, pra usar uma expressão que o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro usava... o "namoro" entre ele e o Elon Musk – ou seja, entre o governo brasileiro e a Starlink – veio a público em 20 de maio de 2022.

Era o último ano do mandato do Bolsonaro – e, naquele dia, ele estava animadíssimo. Ele pegou um avião em Brasília rumo ao interior de São Paulo pra encontrar o Elon Musk num hotel de luxo. E esse encontro – meio excêntrico e meio cafona – foi feito justamente pra anunciar a chegada da "internet do Elon Musk", ou seja, da Starlink, aqui no Brasil.

O Bolsonaro estava claramente deslumbrado que o Elon Musk tinha vindo até aqui pra encontrar com ele, e passou boa parte do discurso elogiando o Elon Musk, dizendo que ele, sim, era um mito, enfim... aquela coisa bem "fã de bilionário" que a gente tá cansado de ver.

O projeto no qual a Starlink teoricamente ia embarcar depois daquele encontro chamava "Conecta Amazônia". No banner do evento, embaixo do logo do projeto, estava escrito "mais proteção, mais educação" – porque a promessa era que a conexão de internet da Starlink fosse chegar pra mais de 19 mil escolas no Brasil, principalmente no Norte e no Nordeste.

Na época, o Bolsonaro não explicou como e muito menos quando essa promessa ia sair do papel. Ele estava preocupado mesmo em gastar todo o tempo que ele tinha elogiando o Elon Musk.

Jair Bolsonaro: “É a primeira vinda aqui, o primeiro contato. É o início de um namoro. Tenho certeza que vai acabar em casamento brevemente. Ele é uma pessoa bastante objetiva, que quer concretizar os seus sonhos de forma mais rápida possível. Por parte do governo, toda boa vontade, inclusive com desburocratização, desregulamentações e oferecimento disso pra ele. Interessa e muito para nós essa parceria.”

Juliana Faddul: Desburocratização e desregulamentação. Guarda essas duas palavras. O Bolsonaro falou que o namoro dele e do Elon estavam começando ali, mas a verdade é que o rolo entre os dois começou bem antes. Com ajuda de um cupido que, nas horas vagas, era Ministro das Comunicações. O Fabio Faria.

Eu tive acesso à troca de e-mails entre a comitiva da Starlink e o Ministério das Comunicações via Lei de Acesso à Informação. O primeiro contato entre os dois foi em 14 de outubro de 2021. O que chamou a nossa atenção nesses e-mails foi a quantidade de vezes que a palavra "happy" foi usada pela equipe do ministro pra elogiar as respostas formais da Starlink.

"I'm happy to inform you that Minister Faria and Secretary Coimbra are available and would be happy to meet in person". Tipo: "Fico feliz de informar que o ministro Faria e o secretário Coimbra estão disponíveis e ficariam felizes de encontrá-los pessoalmente".

"We are very happy at the Ministry of Communications with your response to the letter previously sent by Minister Fábio Faria". Ou seja: "Nós estamos muito felizes no Ministério das Comunicações com a sua resposta à carta previamente enviada pelo ministro Fábio Faria". Muita felicidade, né?

A segunda coisa que me pegou foi a justificativa que o Fabio Faria usou pra essa potencial parceria entre o governo brasileiro e a empresa. Segundo o ministro, essa união teria como propósito "o monitoramento" e "o combate ao desmatamento na Amazônia". Essa troca de e-mails tá na íntegra lá no site da Radio Novelo, caso você queira treinar o inglês e dar uma olhada.

Então o Fabio Faria escreveu pra Starlink dizendo que espera que a parceria possa "ajudar a monitorar o desmatamento ilegal e combater incêndios

florestais". Sim, o Fabio Faria – o ministro do governo Bolsonaro, o sujeito que vivia dizendo que "a Amazônia nem pega fogo" – preocupado com a floresta.

O Fabio Faria, o mesmo cara que tentou vingar a hashtag #ficasalles, quando o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi acusado de um suposto envolvimento num esquema de exportação ilegal de madeira do Brasil pro exterior.

Com certeza ele estava muito interessado em proteger a Amazônia. Antes daquele "date" do Elon Musk com o Bolsonaro em São Paulo, rolou sete meses de "paquera virtual" entre a comitiva do Ministério das Comunicações e a comitiva da Starlink.

O Fabio Faria estava tão empolgado com a nova parceria que ele chegou a declarar publicamente que a Starlink investiu 10 bilhões de reais pra operar na Amazônia, e que a empresa ia ajudaria no plano do governo pra equipar todas as escolas do país com internet até o fim de 2022.

Até aí, nada grave, né? Quer dizer, ouvir papinho furado e promessa que não vai pra frente é coisa que a gente, como brasileiro, tá acostumado. Mas aí que tá o X dessa questão aqui. Quem me ajudou a entender melhor esse rolo foi o Pedro Ekman. Quem gravou a conversa com ele foi o meu amigo de pautas e perrengues desde os tempos da internet discada, o Rodrigo Pedroso.

Pedro Ekman: Bom, eu sou Pedro Ekman, faço parte da coordenação executiva do Intervozes.

Juliana Faddul: O Intervozes é um coletivo que atua na defesa do direito à comunicação. O Pedro me mostrou o que estava por trás dessa chegada afobada da Starlink no Brasil.

Quando começou essa troca de e-mails entre o governo e a Starlink, lá em outubro de 2021, a Anatel – que é a agência do governo que regula as telecomunicações no Brasil – aprovou uma resolução estabelecendo regras e condições pra satélites não geoestacionários operarem no país.

Pra operar no Brasil, a Starlink precisava de uma autorização da Anatel, certo? Primeiro, a Anatel fez essa resolução, e, uns meses depois, em janeiro de 2022, ela deu o sinal verde pra Starlink operar aqui.

Aí, no final de 2022, a Anatel abriu uma licitação pública pra comprar o serviço oferecido pelo Elon Musk pras escolas do país – o que era, em tese, a motivação principal pra esse acordo. Equipar escolas e proteger a Amazônia. "Mais proteção, mais conexão."

O primeiro pré-requisito do edital era "prover solução de acesso à internet via satélite nas escolas". Tudo perfeito. Conversa feita, licitação feita. E a licitação parecia ter sido feita sob medida pra Starlink. Era só a empresa manifestar interesse e pronto, negócio fechado. Só que a Starlink não deu nenhum lance nessa licitação. Nenhum. Zero. Nada.

Pedro Ekman: Assim, ela não entrou. Ela falou: "Opa, não vou". Porque, me parece, que foi muito um processo, na verdade, pra franquear o tipo de serviço no país de uma maneira mais privada e individual do que de fato atender uma grande demanda em escala que está reprimida, que só falta uma tecnologia que resolva isso. Porque de fato essa conexão da Starlink não vai operar tão bem uma conexão numa escola que precisa de muita banda. Então, é mais fácil você vender pequenos pontos de conexão privada, de uma ou duas famílias usando, enfim, ou pequenas operações, e ter muitos pontos nesse sentido, do que cobrir as escolas, digamos assim, que vão precisar conectar dezenas, centenas de pessoas de uma vez só. Então, assim, e ela percebeu que não iria ser muito simples e que também não ia ser tão vantajoso, digamos assim, esse tipo de problema. Então assim, mesmo tendo uma licitação absolutamente direcionada, a própria Starlink deu um passo para trás, aí a Anatel acabou autorizando então o uso da tecnologia no Brasil.

Juliana Faddul: Você sacou o pulo do gato? Esse projeto "Brasil Conectado", que nunca foi pra frente, foi o que abriu as portas pra Starlink operar no Brasil. A desculpa era prover internet pras escolas, mas o objetivo real era vender antena pra conexão de internet individual.

Pedro Ekman: Em vez de acabar cumprindo um papel supostamente para levar conexão para quem não tem e suprir esses direitos, ela, novamente, por ser uma tecnologia operada por um monopólio privado a partir de interesses muito específicos, ela acabou caindo aonde? Na mão de quem tem dinheiro, que acabou redistribuindo para fazer mais dinheiro. E aí, se você está falando de dinheiro na região amazônica, você está falando de desmatamento, você está falando de agronegócio, você está falando de mineração, está falando de garimpo. É isso que quem tem dinheiro vai atrás. E não o contrário nessas regiões. Então, o que parecia óbvio se confirmou.

Juliana Faddul: A gente perguntou pra Anatel sobre essa autorização que a Starlink recebeu, e a agência respondeu com uma nota – que diz que a autorização foi dada antes da visita do Elon Musk ao Brasil, e que não tem relação com a parceria entre o governo e a empresa.

Ou seja, que o fato da Starlink ter recebido a autorização não tem a ver com projeto Brasil Conectado. Ainda segundo a agência reguladora, hoje, mais de 5 mil escolas não têm qualquer tipo de conexão com a internet na região Norte do Brasil. Ah! Mas quem disse que as crianças brasileiras saíram de mãos abanando? Não, não.

Três escolas ganharam o sistema da Starlink. Trezentas? Três mil? Não, só três escolas, mesmo. Como se fosse uma amostra grátis, sabe? Amostra com data pra acabar, porque o contrato do serviço é só de 12 meses.

Pedro Ekman: Uma ou outra organização está usando o link para tentar de fato mapear questões de desmatamento, etc e tal, isso também está acontecendo, né, temos que admitir que, assim, não é que... só foi parar em mãos erradas, não. Conheço organizações sérias na Amazônia que estão usando esse tipo de tecnologia para trabalhar. Enfim, e eu ainda continuo ainda, assim, achando ruim que isso esteja sendo feito desse jeito, porque é uma tecnologia que não se tem autonomia em relação a ela. Mas, fundamentalmente, essa tecnologia foi parar na mão dos garimpeiros, na mão dos grileiros, na mão de quem tem poder econômico e pode concentrar, digamos assim, este tipo de compra, né?

Juliana Faddul: Bom, se a maior parte do poder econômico na Amazônia tá ligado a atividades ilegais, ainda mais no interior, era de se esperar que a chegada de uma nova tecnologia ia acabar virando mais uma ferramenta pra fortalecer essa dinâmica. Então, eu achei que fazia todo o sentido tentar conversar com quem tá na outra ponta dessa dinâmica. Com quem tá tentando combater essas atividades ilegais.

Joel Araújo: Meu nome é Joel Araújo, eu sou superintendente do Ibama no Amazonas. Eu sou agente ambiental federal desde 2008. Entrei em 2007, já fui lotado direto na fiscalização, e depois, com um ano de Ibama, eu já me formei agente ambiental federal. Então eu trabalho na fiscalização desde meu primeiro dia no Ibama.

Juliana Faddul: Desde o primeiro dia dele no Ibama, o Joel teve também que aprender a fazer milagre com os poucos recursos que o Ibama recebe do governo pra trabalhar. Não é segredo pra ninguém que no governo Bolsonaro o orçamento do Ibama não foi prioridade. A eleição do Lula deu um respiro pras contas, mas mesmo assim não tá lá essas coisas. Claro que não dá pra comparar ambos governos, mas verdade seja dita: questões ambientais nunca foram prioridade nos governos do PT. Dá pra medir isso vendo o número de servidores disponíveis pra monitorar o Amazonas, maior estado do Brasil em área, que abriga uma parte enorme da Amazônia.

Joel Araújo: Hoje nós somos 56 servidores no Ibama, entre administrativos e ambientais. Para o Amazonas inteiro, 56. E por volta de 15 são da área administrativa. Nós temos hoje 12 agentes ambientais formados em atividade e nós estamos formando 13. Então, até o final do ano, nós vamos ter 25 agentes ambientais federais em atividade, realmente. O que vai ser revolucionário, porque a gente nunca teve esse número aqui na Superintendência.

Juliana Faddul: O Joel tá comemorando que vai ter 25 agentes ambientais até o final do ano, mas hoje, em atividade, são 12. Doze pessoas. Quase um time de futebol pra defender uma floresta que ocupa milhares de campos de futebol.

Um território maior do que a Alemanha, Itália, França e Reino Unidos juntos.

E a Starlink conseguiu deixar essa disputa ainda mais injusta.

Juliana Faddul: Qual internet vocês usam aqui? Vocês usam rádio em campo ou internet?

Joel Araújo: Não, não. Em campo a gente só usa internet quando está nas cidades, quando tem sinal de celular mesmo. O Ibama não tem ainda um contrato de internet para áreas remotas, que é um problema. Vai ajudar muito as equipes em campo e até para a segurança das equipes. Mas hoje ainda não existe essa comunicação. A equipe sai fora do sinal dos lugares, acabou o sinal. Aí a equipe tem que prover os meios por ele mesmo.

Juliana Faddul: Enquanto os garimpeiros têm sinal de internet pra mandar mensagens pra lá e pra cá, se comunicando inclusive sobre operações do Ibama, os servidores mal têm acesso a sinal de celular.

É como se o garimpo tivesse derrubando a floresta com um holofote pra abrir caminho. Do outro lado, os servidores do Ibama tão lutando pra proteger a mesma floresta com uma lanterninha à pilha na mão.

Quando a gente conversou com o Pedro Ekman, ele fez uma comparação que eu achei bem boa pra entender o impacto da Starlink na Amazônia.

Ele comparou a chegada da internet nessas regiões remotas com a abertura de uma rodovia. São duas formas de conectar lugares, né? De permitir que coisas e pessoas fluam de um lado pro outro.

Quando as rodovias foram abertas, esse trânsito entre o Norte e o resto do país melhorou muito. Ao mesmo tempo, essas estradas trouxeram uma concepção bem específica de progresso.

Uma ideia de progresso que vinha das grandes cidades do Brasil, e que não respeitava, na verdade, nem considerava se isso fazia sentido ou não pra outras regiões.

Foi essa ideia de progresso que fez a Amazônia começar a ser comida pelas beiradas. O arco do desmatamento, a região que concentra o maior nível de desmatamento da Amazônia, tá diretamente ligado à abertura de estradas.

Agora, vamos pensar na internet. Assim como no caso das estradas, é difícil a gente se opor ao direito de ir e vir da informação. Quem tá na Amazônia tem tanto direito quanto qualquer cidadão de acessar a internet.

Mas, de novo, o jeito como essa via de conexão foi aberta desconsiderou completamente as particularidades daquela região.

Pedro Ekman: Agente tem que também avaliar essa necessidade incondicional de conexão em áreas remotas lá na Amazônia com alguma cautela. Tem vários territórios indígenas, por exemplo, que você fazer uma ligação de internet, vai criar um impacto negativo quase tão grande quanto se você estivesse abrindo uma estrada pela selva até aquela comunidade, porque junto com a internet chega muita coisa. É uma tecnologia que vai interferir de maneira muito problemática. Essas comunidades indígenas, elas têm muitas vezes uma vida comunitária, uma vida que depende da vida coletiva para existir. E uma das coisas que a internet faz é começar a destruir a vida coletiva e individualizar pra caramba os processos. Não é bem verdade que a internet só vai levar soluções, ela vai levar muitos problemas juntos. Então essa conexão, a gente tem dito, ela não pode ser de qualquer jeito e a qualquer custo.

Juliana Faddul: Essa forma de encarar a conectividade já não é uma questão nos grandes centros urbanos, porque a gente já naturalizou e até se acostumou com os problemas causados pela internet.

Pedro Ekman: Tipo assim: "Nós temos que levar a conexão que existe nas grandes metrópoles pras áreas mais remotas do país". Por quê? A gente já perguntou pra essas comunidades se realmente isso é a coisa mais importante, ou a gente está pressupondo que nós precisamos "civilizar", como há 500, mais de 500 anos atrás, a Europa achava que tinha que fazer com os povos dos territórios que estão na Amazônia e em outros lugares da América do Sul. Esse pensamento meio que não mudou. As pessoas continuam achando que têm que levar a civilização

e o progresso e o desenvolvimento e que essa é necessariamente a melhor solução para para esses territórios. E quando você chega lá e conversa com as pessoas, você percebe que não necessariamente.

Juliana Faddul: Ninguém tá dizendo que Tefé ou qualquer outra cidade amazônica não deveria ter acesso à internet. A questão é a forma como essa conexão vai acontecer. Porque isso é crucial pra saber quem vai, no fim das contas, se beneficiar desse acesso.

A Starlink pode até ter ajudado a conectar as maquininhas de cartão dos comerciantes de Tefé. Ela com certeza me ajudou a subir os arquivos das gravações que você ouviu nesse episódio pra salvar na nuvem.

Mas a forma como a Starlink opera aqui no Brasil faz com que os ganhos que ela proporciona sejam bem individuais. Só que o custo é coletivo. E muito alto.

Branca Vianna: Esses foram a Juliana Faddul, colaboradora da Rádio Novelo. Ela apurou essa história com o Rodrigo Pedroso.

Essa história foi produzida com apoio da Earth Journalism Network.

E a Ju e o Pedroso pediram pra dedicar essa história ao Paulo Lima, que foi um historiador, pesquisador e ativista pela inclusão digital na Amazônia. Ele ajudou a inspirar essa reportagem, mas morreu de infarto em abril de 2023.

O segundo ato do episódio de hoje é sobre uma ferramenta que vai se reinventando, virando multiúso.

Sabe aquele canivete suíço, que dá pra cortar as unhas, palitar os dentes, aparafusar um negócio e depois abrir uma garrafa de cerveja pra comemorar a versatilidade do bichinho?

A segunda história é sobre uma ferramenta meio assim. Só que ela, no caso, é uma lei. E quem conta essa é a Flora Thomson-DeVeaux.

ATO 2

Flora Thomson-DeVeaux: Eu tenho duas carreiras, né? Além de fazer podcasts aqui na Rádio Novelo, eu sou tradutora.

E eu tenho uma implicância pra revelar: eu não gosto da ideia de palavras intraduzíveis.

Sabe aquelas listas que o povo circula dos conceitos de cada língua que simplesmente não têm tradução? Aquela palavra que só existe naquela língua e não tem nenhuma equivalência?

Em português, é quase sempre saudade. Só que eu vou te contar uma coisa: dá pra traduzir saudade. Eu mesma devo ter traduzido saudade umas duas mil vezes na minha carreira de tradutora. Vai por mim.

Tudo é traduzível, mesmo que a tradução seja só explicar o que a palavra significa, inventar outra palavra, desenhar o conceito ali pra pessoa. Aquela lista de palavras supostamente intraduzíveis, na verdade, sempre traz uma tradução de cada termo. Então vamos parar com essa palhaçada?

Ok, mas, isto posto, eu vou dar o braço a torcer, um pouquinho. É verdade que tem palavras, tem conceitos, que dão mais trabalho quando a gente passa de uma língua pra outra. E essa fricção acaba revelando alguma coisa sobre a língua de origem, a cultura de origem, e a língua e a cultura de chegada.

Eu traduzo sempre do português, que é a minha segunda língua, pro inglês, que é a minha primeira. E a história que eu queria contar hoje me lembrou da dor de cabeça que é traduzir palavras, em português, associadas ao ócio. À preguiça. Ao não fazer nada.

Ócio é um negócio difícil de traduzir. Não é que não dá. Mas é como se não existisse o chip do ócio na cabeça dos anglófonos.

Os anglófonos – quer dizer: os ingleses e todo mundo que eles colonizaram – têm muita dificuldade de pensar em não fazer nada. Não é que não consegue. Claro que consegue. Mas é como se não existisse o mesmo espaço na língua

pra isso. Sempre vem com uma bagagem de julgamento, de culpa, de transgressão. Toda essa herança deliciosa do calvinismo.

Eu – que nasci, fui criada, morei nos Estados Unidos até os 19 anos – tenho muita dificuldade em não fazer nada. Uma parte é que eu tenho bicho carpinteiro. Mas acho que em algum nível, tá apitando aquele chip de que não pode não fazer nada. Não pode, não pode, não pode.

Aí, outro dia, quando eu estava conversando com um professor, eu me senti estranhamente vingada.

Paulo Terra: Meu nome é Paulo Terra, eu sou professor da UFF de História do Brasil República.

Flora Thomson-DeVeaux: O Paulo veio me contar sobre uma lei. Uma lei secular, que diz basicamente isso: não pode não fazer nada. Na verdade, é um pouco mais complicado que isso.

Paulo Terra: Que as definições de vadiagem, elas mudam muito, mudam ao longo do tempo. Mas no básico, o que a gente tem é a ideia de que quem não tem renda é obrigado a trabalhar. Isso significa que o ócio, ele só é permitido para os mais ricos.

Flora Thomson-DeVeaux: De uns tempos pra cá, o Paulo tem pesquisado a vadiagem. As leis que diziam que se você não era pobre de rico, se você não conseguia viver só de renda... você tinha que trabalhar.

Não podia não fazer nada.

Paulo Terra: Isso sempre está presente em toda legislação relacionada à criminalização da vadiagem. A diferença entre quem tem renda e quem não tem. Esse é um ponto que está, pelo menos em toda a legislação que eu conheci. E a ideia que o ócio, ele só é permitido a quem tem renda; quem não tem, o trabalho é uma obrigação, mais do que uma necessidade. E uma grande questão é que chega até hoje.

Flora Thomson-DeVeaux: Foi isso que fez meu cérebro acender que nem uma árvore de Natal. Até hoje vadiagem é ilegal.

Aliás, um pequeno parêntesis sobre isso. Contravenção e crime podem parecer sinônimos, mas tem uma diferençazinha. Desde 1940, os crimes com penas menores foram tirados do código penal e acabaram indo parar no Código de Contravenções. Então vadiagem tecnicamente não é crime exatamente, é contravenção. Mas o que importa pra nossa história hoje é: não pode. Segundo o Artigo 59 do Código de Contravenções Penais.

Paulo Terra: Artigo 59 no Código de Contravenções Penais.

Flora Thomson-DeVeaux: Tem poucas coisas que me trazem mais alegria do que uma lei velha e esquisita que ainda tá em vigor, escondida no meio de um código moderno, que nem um dragão adormecido. Eu pedi pro Paulo ler o Artigo 59 pra mim.

Paulo Terra: Então o que é o artigo 59? Então: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita”.

Flora Thomson-DeVeaux: Beleza. É isso mesmo: se você tem condições físicas pra trabalhar, se você não tem renda, e se você não tá fazendo nada, isso é ilegal.

O Paulo veio me contar sobre esse dragão adormecido porque a verdade é que ele não tá tão adormecido assim. E ao longo dos séculos, esse conceito, esse não pode, tem sido meio que um coringa da repressão na história do Brasil. Uma lei que joga nas onze.

Paulo Terra: Foi muito impactante perceber como que através da criminalização da vadiagem entram outros elementos além do racismo, como a questão de gênero e a questão da sexualidade. Eu acho que a gente pode seguir pela cronologia, né?

Flora Thomson-DeVeaux: O Paulo queria começar pelo Código Penal do Império, de 1830. Mas eu pedi pra ir mais pra trás.

Paulo Terra: Mas a gente pode por o Código do Império.

Flora Thomson-DeVeaux: Eu quero ver nas Ordenações.

Flora Thomson-DeVeaux: No Brasil, o começo oficial da regra de “não pode não fazer nada” é nas Ordenações Filipinas, da virada do século 17, que eram as leis que regiam o Brasil Colônia.

Paulo Terra: Então, nas ordenações está o seguinte: “Mandamos que qualquer homem que não viver com o senhor ou com amo nem tiver ofício, nem outro mister, méster, em que trabalhe ou dá em sua vida, ou não andar negociando algum negócio seu ou alheio... passados 20 dias do dia que chegar a qualquer cidade, vila ou lugar, não tomando dentro dos ditos 20 dias, amo ou senhor com quem viva ou mestre em que trabalhe e ganhe sua vida, ou se o tomar, depois o deixar e não continuar, seja preso e açoitado publicamente. E se for pessoa em que não caibam açoites, seja degredado para África por um ano”.

Flora Thomson-DeVeaux: Sabe aquele filme “A Lagosta”? Se você não assistiu, é um filme meio surreal com o Colin Farrel e a Rachel Weisz que saiu em 2015. No mundo do filme, tem uma regra de que você não pode ficar solteiro. Se você se separa, você tem 45 dias pra achar outro companheiro ou companheira. Se não, você é considerado inútil e você vai ser transformado num bicho.

Eu lembrei disso quando eu ouvi o Paulo lendo essa lei. Vinte dias pra arrumar emprego. Depois disso, chibatadas, prisão, talvez deportação.

Paulo Terra: E a grande questão, que nesse caso, esse foi um elemento muito utilizado pela colonização. Então as pessoas que eram presas por vadiagem, elas eram mandadas para as colônias. Mas não só isso, porque no caso do Brasil, por exemplo, no Brasil colonial, pessoas que eram presas por vadiagem era mandado para Angola, por exemplo.

Flora Thomson-DeVeaux: Eu fiquei imaginando alguém quicando que nem uma bola de pingue-pongue por todas as colônias portuguesas. Não quer trabalhar em Angola? Vai pra Cabo Verde. Continua não querendo trabalhar? Experimenta Moçambique. Que tal Macau?

Paulo Terra: E aí a gente vê que essa definição toda, no caso aí, é mais do que não trabalhar, é você ter um amo. Então significa você trabalhar para alguém.

Flora Thomson-DeVeaux: Esse tipo de regra é ainda mais antiga que o império português. Na Inglaterra, a primeira lei do tipo é de 1349.

E por que nesse momento histórico? Porque estava rolando uma pandemia devastadora, a peste bubônica, em que pelo menos um terço da população da Europa morreu. Agora ia ser um problema – pros senhores – se as pessoas não quisessem trabalhar. Porque estava rolando uma falta de mão de obra como nunca tinha se visto antes.

Então o governo resolveu que, agora, não fazer nada era crime. Quem tivesse menos de 60 anos tinha que ter algum emprego. E ninguém podia dar esmola pra alguém que estivesse fisicamente bem.

Depois, quando a população deu uma estabilizada, a regra passou a valer pra outras coisas. Meio que um controle social geral.

Paulo Terra: Quando a gente pensa no século 17, no século 18, a preocupação era outra. A preocupação era, por exemplo, muito relacionado às pessoas que ficavam vagando pelas cidades, né? Então, a ideia da perseguição à vadiagem era, na verdade, limitar a mobilidade de pessoas pobres.

Flora Thomson-DeVeaux: Imagina uma aldeia pequena, e chega alguém de fora. Você não sabe nada dessa pessoa, de onde ela veio, quem que ela é.

Paulo Terra: Como esses elementos que vagueiam são elementos perigosos, então eles vão roubar, eles vão estuprar, vão saquear, enfim.

Flora Thomson-DeVeaux: Pelo menos a ideia podia ser essa. O resultado era fazer com que as pessoas pobres tivessem bem vigiadas. E ocupadas. Hashtag não pode fazer nada.

Corta pro século XIX, que é um dos meus lugares preferidos pra visitar.

A gente tá na segunda metade do século, e o grande debate é a abolição da escravidão.

Paulo Terra: Que a grande discussão naquele momento era: primeiro, a abolição, ela tem que ser feita de uma forma imediata ou que tem que ser de uma forma gradual. E, por outro lado, dentro dessa ideia que foi muito discutida no parlamento brasileiro, de que ela tinha que ser gradual, qual é a justificativa? Porque os trabalhadores negros, eles não estão preparados para a liberdade.

Flora Thomson-DeVeaux: Uma justificativa doida e racista, obviamente.

Não só eles não estão preparados para liberdade, mas eles têm uma ociosidade atávica, uma ociosidade natural. Isso significa que, se eles não forem forçados a trabalhar, eles não vão trabalhar. Daí é que – isso que é muito importante, assim, quando se discute sobre abolição, se discute sobre crime, criminalização da vadiagem. As duas coisas estão juntas no mesmo tempo.

Eu tinha ouvido falar de um troço parecido, uma armadilha do mesmo tipo que foi montada nos Estados Unidos, no final da Guerra Civil. A emenda constitucional que acabou com a escravidão nos Estados Unidos foi a décima terceira. E foi isso que eu aprendi na escola: a décima terceira emenda diz que acabou a escravidão.

Só que ela não diz só isso. Ela diz que ninguém pode ser escravizado ou obrigado a trabalhar à força... a menos que seja condenado por um crime.

Enfim, eu não vou me estender muito nisso, mas isso daí abriu uma baita brecha pro governo ir incriminando e condenando pessoas pretas nos Estados Unidos... e uma vez presas, elas eram obrigadas a trabalhar.

Essa emenda foi ratificada em 1865. Que era bem a época em que o Brasil estava começando a se mexer pra quem sabe um dia passar alguma legislação abolicionista. E junto com isso, sempre vinha o papo de: "tem que criminalizar a vadiagem".

Só que se você estava prestando atenção, você vai ter reparado que a vadiagem já estava criminalizada fazia alguns séculos.

Paulo Terra: Por que que eles estão falando novamente? Só que aí, qual é a grande discussão? E é pensar numa legislação específica para população negra, egresso do cativo. E é o que a gente muitas vezes não se dá conta... que em toda legislação abolicionista existem artigos específicos sobre a vadiagem. Essa é uma coisa que não é muito falada.

Flora Thomson-DeVeaux: Na Lei do Ventre Livre, por exemplo, tem uma cláusula específica sobre vadiagem.

Paulo Terra: Diz que os escravos libertados em virtude da lei, ficariam durante cinco anos sob a inspeção do governo e seriam obrigados a contratar seus serviços, sob pena de serem constrangidos se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos.

Flora Thomson-DeVeaux: A Lei dos Sexagenários já era um pouco diferente, porque ela dizia respeito a pessoas já idosas, né? Pessoas que já poderiam pensar em não trabalhar. Mas mesmo nessa lei tem menção à vadiagem.

Paulo Terra: os escravos alforriados pelo fundo de emancipação seriam obrigados a permanecer no município em que residiam durante o período de cinco anos. Os que se ausentassem de seu domicílio seriam considerados vagabundos ou apreendidos pela polícia para serem empregados em trabalhos públicos ou colônias agrícolas.

Flora Thomson-DeVeaux: É quase uma pena em regime aberto, né? Ter que ficar no mesmo lugar, ser preso se você sai. Sempre que você vê abolição, tem uma figura oculta logo atrás, que é a vadiagem.

Paulo Terra: Então, como que essas ideias racializadas e racistas vão ser muito importantes nesse momento da abolição? Porque elas vão, de certa forma, embasar essa criminalização do negro e a ideia de que ele tem que ser forçado a trabalhar.

Flora Thomson-DeVeaux: Bom, os anos vão passando e a lei da vadiagem vai evoluindo. Desbloqueando mais poderes.

Paulo Terra: Com o Código Criminal de 1890, entra um outro dispositivo, e eu tenho ele aqui.

Flora Thomson-DeVeaux: Lembra que mesmo se você trabalhasse numa ocupação ilícita, você ainda era considerado vadio? O primeiro código criminal da República veio botar uma outra linha nessa lista.

Paulo Terra: Proibições de ocupações manifestadamente ofensivas das morais e dos bons costumes.

Flora Thomson-DeVeaux: A prostituição, por exemplo, nunca foi ilegal no Brasil.

Não era uma ocupação ilícita. Então, pra poder prender uma trabalhadora do sexo, você vai lá e diz que o trabalho dela é manifestadamente ofensivo das morais e dos bons costumes.

Essa distinção até deixou uma marca na língua portuguesa.

Paulo Terra: Se eu te perguntar hoje o que que é vadia? O que significa vadia? Vadia é sinônimo de puta, de piranha. O homem que não trabalha, não está fazendo nada, está vadiando, enfim.

Flora Thomson-DeVeaux: No começo da República, a lei da vadiagem foi crescendo, ganhando apêndices, novas formas de enquadrar mais coisas. Outra coisa nova era que também passou a ser ilegal não ter residência fixa. E pensa, pelo menos no Rio de Janeiro na virada do século, a quantidade de gente pobre que o próprio governo estava despejando de suas casas não era pequena.

Paulo Terra: E aí é interessante que eu também reuni, enfim, uns casos de outros casos de sambistas a partir de um de uma autora que se chama Maria Clementina Pereira Cunha.

Flora Thomson-DeVeaux: Os sambistas viviam sendo presos por vadiagem, mas a maior parte deles tinha outro emprego, então era só o caso de passar na delegacia e mostrar a papelada toda.

Paulo Terra: Aí ela cita um outro caso que também é interessante, de um músico chamado Brancura, que era na verdade um músico negro chamado Silvio Fernandes...

Flora Thomson-DeVeaux: A capivara do Brancura era grande. Entre outras coisas, ele teria sido amante do Madame Satã.

Paulo Terra: E o Silvio Fernandes, ele teve uma série de casos de prisão por vadiagem. Então com 24 anos, ele foi preso, aí ele dizia que trabalhava num lugar, a polícia ia averiguar. Ele não trabalhava, ele mudava o depoimento, dizia que trabalhava em outro lugar... e teve um ano, 1928, que ele foi preso duas vezes. E aí ele passou a dizer que ele trabalhava com o advogado dele, que é uma astúcia do caramba.

Flora Thomson-DeVeaux: Outra coisa que não era criminalizada e que passou a ser, através da lei da vadiagem, era a viadagem. Vocês me perdoem o trocadilho infame, porque eu sou da comunidade.

Paulo Terra: Porque a legislação criminal do Império, ela havia descriminalizado a homossexualidade que estava presente lá nas Ordenações Filipinas.

Flora Thomson-DeVeaux: Quer dizer: na colônia era proibido ser gay, no império deixou de ser... Só que evidentemente essa era uma conduta que interessava reprimir. Vamos pular pros anos 70 e 80. Sim, do século 20. A gente tá em plena ditadura militar, e a vadiagem tá comendo solta.

Paulo Terra: Em São Paulo, é muito famoso o caso do delegado Richetti. São Paulo tinha uma delegacia especializada em vadiagem e o Richetti foi um delegado muito famoso, porque ele fazia verdadeiros arrastões nos finais de semana e nos locais, principalmente de sociabilidade gay, e que às vezes eram presas nos finais de semana, 300 a 500 pessoas.

Flora Thomson-DeVeaux: Bom, talvez a vadiagem não tivesse comendo tão solta assim. E eu queria dizer aqui que, ainda por cima, prender uma pessoa por vadiagem no fim de semana é muita sacanagem.

A lei da vadiagem não era a única que era usada pra reprimir a população gay. Além do Carnaval, o livro do James Green sobre a homossexualidade masculina no Brasil, fala bastante sobre essas armadilhas jurídicas. Tinha atentado ao pudor, e até 1940 tinha uma lei sobre disfarces e nomes que era usada pra criminalizar pessoas trans. Mas a lei da vadiagem era muito útil nesse sentido.

Paulo Terra: Isso também vai ser utilizado em relação à população indígena. Então, no período da ditadura também é criado o reformatório Krenak, que é um reformatório, que é uma prisão que foi criada na região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, e durou de 1969 a 1972, em que eram presos não só os indígenas Krenak, mas enfim, diversas etnias do Brasil todo eram enviados para lá.

Flora Thomson-DeVeaux: Tinha casos de vadiagem, embriaguez...

Paulo Terra: E também tem casos de indígenas que na verdade estavam em disputas de terra e que tiveram o seu transporte pagos com a anuência do Estado, para serem enviados ao reformatório.

Flora Thomson-DeVeaux: Já faz anos que ninguém é preso só por vadiagem. Mas, assim como pra tudo tem que ter uma primeira vez, pra tudo também tem que ter uma última vez, né?

Paulo Terra: Foi o Hélio da Silva que foi preso em 1992 aqui no Rio de Janeiro

Flora Thomson-DeVeaux: Não dá pra cravar que o Hélio da Silva vai ser, pra todo o sempre, a última pessoa presa por vadiagem no Brasil. Porque, afinal, a lei ainda tá aí. Mas, por enquanto, pelo que deu pra apurar, o título tá com ele.

Eu tentei muito falar com o Hélio, mas eu não consegui. Mas eu achei uma entrevista que ele deu em 2010 que conta um pouco da história dele. E 92 não tinha sido a primeira vez que ele foi preso por vadiagem.

Ele tinha sido enquadrado anos antes, quando ele era um menino. E, detalhe: ele estava trabalhando. Trabalhando na feira sem carteira assinada. Tem emprego de carteira assinada na feira? Na entrevista, o Hélio disse que as horas que o policial deixou ele esperando na delegacia foram uma humilhação pra ele.

Bom, em 1992, o Hélio foi preso e denunciado por vadiagem de novo. E o caso dele acabou indo parar no Superior Tribunal de Justiça. Porque tinha uma questão.

Naquela altura, o Hélio era o braço direito do chefe de tráfico de Acari. Então, de novo, não é que ele não trabalhava. Ele trabalhava bastante.

Paulo Terra: Ele foi já respondendo por tráfico de drogas, sequestro e ele ficou extremamente incomodado. Pra ele, o que incomodava de fato é ter sido preso por vadiagem, porque ele dizia: "Eu sou um trabalhador", né? Então o fato de tráfico de drogas, sequestro pra ele não era um problema. A grande questão moral pra ele era ter sido preso por vadiagem, porque isso impactava diretamente na imagem dele como um trabalhador. Ele também trabalhava no porto. Até esse caso foi parar no STJ e caiu porque ele conseguiu comprovar que ele era um trabalhador do porto. Então ele conseguiu se livrar.

Flora Thomson-DeVeaux: De lá pra cá, o dragão da vadiagem tem caído num sono cada vez mais pesado. Mas, de vez em quando, ele dá um ronquinho fofinho só pra gente lembrar que ele ainda existe.

Paulo Terra: Em 2022, a Prefeitura de São Paulo lançou um edital chamado Smart Sampa, que era um edital para compra de câmeras com tecnologia de reconhecimento facial. E no edital estava presente que essas câmeras, 1) elas reconheceriam a cor das pessoas e 2) elas reconheceriam vadiagem.

Flora Thomson-DeVeaux: Por todos os motivos do mundo, rolou uma grita quando esse edital abriu, e eles acabaram refazendo o texto. Mas não deixa de ser um contraste curioso.

Paulo Terra: A gente está falando do que é considerado como um exemplo de uma modernidade em termos de tecnologia, de repressão, que são as câmeras com tecnologia de reconhecimento facial. Mas a gente ainda tá usando o discurso da vadiagem.

Flora Thomson-DeVeaux: Não é de hoje que uma parte do espectro político, em vários países, tá tentando ir justamente no sentido contrário. Do “não pode não fazer nada” pro “pode não fazer nada, sim”. Eu tô falando da renda básica universal. Vai ser meu momento Eduardo Suplicy aqui.

Lá na lei da vadiagem, era assim: não pode não trabalhar... a menos que você tenha renda. E o conceito da renda básica é justamente essa: que todo mundo deveria ter uma renda garantida. Uma fonte de dinheiro que independe da sorte, do azar, de onde você nasceu na escala dos privilegiados. Que você não precise de um trabalho pra ter dignidade, comida na mesa. Que você tenha, de vez em quando, o direito de não fazer nada.

Enfim, essa discussão ainda vai longe. Mas, aqui no Brasil, o ato de não fazer nada estando sem renda ainda é contravenção. E tem um projeto de lei que tá tramitando agora, em 2023, que pode mudar isso.

Paulo Terra: Um projeto do deputado Glauber Braga e que tem um argumento interessante que ele diz que essa tipificação da chamada vadiagem reflete a perseguição histórica institucional às camadas mais pobres e marginalizadas da classe trabalhadora.

Flora Thomson-DeVeaux: Só que em meio a tantos projetos de lei, não dá pra saber nem se nem quando ela vai ser votada.

Paulo Terra: Na verdade, existe projeto desde o final da ditadura para que acabe. A gente teve projeto desde a década de 80, para que acabe, para que se retire o artigo e nenhum deles foi para frente. Eu acho que

também essa é uma questão fundamental. Por que não foi para frente?

Flora Thomson-DeVeaux: A lei da vadiagem é que nem aquela ferramenta antiga encostada no canto do depósito. Ela já tá obsoleta, enferrujada, provavelmente vai dar tétano só de pegar nela.

Mas entra século, sai século, o estado brasileiro olha pra ela, e não consegue jogar ela fora. Já prestou tanto serviço, né? Pode ser que ainda sirva pra alguma coisa. Melhor deixar ali.

Branca Vianna: Essa história foi contada pela Flora Thomson-DeVeaux, que é diretora de pesquisa da Rádio Novelo.

Obrigada por ouvir mais esse episódio do Rádio Novelo Apresenta.

Essa semana, no site, tem fotos da apuração da Juliana Faddul em Tefé, e dá pra conferir aqueles e-mails que o governo Bolsonaro trocou com o pessoal da Starlink, e que o Rodrigo Pedroso conseguiu via Lei de Acesso à Informação.

Quando tiver lá no nosso site, não esquece de aproveitar pra assinar a nossa newsletter, que toda semana traz alguma dica bem esperta de alguém da nossa equipe – além de, claro, te lembrar de que saiu episódio novo!

Pra não perder nenhum episódio, aproveita e também "assina" o Rádio Novelo Apresenta no seu aplicativo de áudio preferido. E, no Spotify, dá pra você deixar um comentário dizendo o que você achou do episódio. E pode marcar a gente também nas redes, no @radionovelo no Twitter e no Instagram, e dizer o que achou do episódio, recomendar alguma história, recomendar o Apresenta pros seus seguidores, enfim... Espalhar a palavra.

Agora: se você quiser mandar uma sugestão de história pra gente, vai lá no nosso site, no menu, onde tem a seção "envie uma pauta". Lá tem explicadinho como mandar a sua sugestão pra gente.

O Rádio Novelo Apresenta é um original da Rádio Novelo.

A gente tem o apoio da Open Society Foundations. Tem episódio novo toda quinta-feira.

A direção criativa é da Paula Scarpin e da Flora Thomson-DeVeaux, e a produção executiva é do Guilherme Alpendre.

A gerência executiva é da Marcela Casaca e a gerência de produto é da Juliana Jaeger.

Nossos produtores sênior são o Vitor Hugo Brandalise, a Évelin Argenta, a Bia Guimarães e a Sarah Azoubel.

As produtoras da nossa equipe são a Bárbara Rubira, a Natália Silva, e a Júlia Matos.

A checagem deste episódio foi feita pelo Bruno Lima e pela Marcella Ramos.

A gente teve apoio de montagem da Mariana Leão.

Nesse episódio, a gente usou música original de Pedro Nêgo e também da Blue Dot.

A mixagem é do Pipoca Sound.

O desenvolvimento de produto e audiência é feito pela Bia Ribeiro.

O Gilberto Porcidonio é o responsável pelo conteúdo e engajamento das nossas redes sociais.

O design das nossas peças é do Mateus Coutinho.

Obrigada, e até a semana que vem.